

PATRÍCIA LORENZO DE DEUS CUNHA

PERMANECER E CONTINUAR...
NOTA TÉCNICA

PATRÍCIA LORENZO DE DEUS CUNHA

PERMANECER E CONTINUAR...

Nota Técnica do Trabalho de Conclusão de Curso no formato de produto tecnológico (filme curta metragem), apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnólogo em Gestão Pública.

Orientador: Prof.Dr.Edgilson Tavares de Araújo.

CACHOEIRA – BA
2018

PATRICIA LORENZO DE DEUS CUNHA

Permanecer e Continuar...

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Tecnóloga em Gestão Pública.

Aprovado em 29 de agosto de 2018.



Edgilson Tavares de Araújo
Professor Orientador

Doutor em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Lys Maria Vinhaes Dantas

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia



Dyane Brito Reis Santos

Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

CUNHA, Patrícia Lorenzo de Deus. Permanecer e continuar, 2018. Trabalho de Conclusão do Curso de Tecnologia em Gestão Pública - Centro de Artes, Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2018.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. OBJETIVOS:	8
2.1. OBJETIVO GERAL:.....	8
2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:.....	8
3. PROBLEMA	8
4. PRINCIPAIS CONCEITOS E ABORDAGENS TEÓRICAS	9
4.1 PERTENCIMENTO E VÍNCULOS SOCIAIS.....	Erro! Indicador não definido.
4.2 SOCIABILIDADE	Erro! Indicador não definido.
4.3 BASES DE APOIO E REDES DE APOIO.....	13
4.4 O QUE É DEFICIÊNCIA?	Erro! Indicador não definido.
4.5 EDUCAÇÃO E INCLUSÃO.....	16
4.6 ACESSIBILIDADE	18
4.7 UFRB E CAHL	20
5. DETALHAMENTO DO MÉTODO UTILIZADO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO	22
6. PÚBLICO-ALVO	24
7. RESULTADOS ESPERADOS	24
8. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E ORÇAMENTO	25
8.1. SINOPSE.....	25
8. 2. FICHA TÉCNICA	25
9. ORÇAMENTO	26
10. REFERÊNCIAS	27

1. INTRODUÇÃO

Apesar das evoluções conceituais e legais, muitas pessoas com deficiência ainda sofrem diversos preconceitos e discriminações, mesmo que isso ocorra ainda de forma velada. Desde a antiguidade a pessoa com deficiência era marginalizada, hostilizada e excluída da sociedade, chegando inclusive a ser vítima de morte por sacrifício e extermínio.

A partir do século XX começaram a surgir mobilizações e arenas para discutir sobre os direitos das pessoas com deficiência, incluindo a direito à saúde, educação, acessibilidade, entre outros. Especificamente, no âmbito educacional, surgiram conferências internacionais que nortearam diretrizes e práticas de inclusão social no âmbito educativo, tais como: a Declaração de Jontiem (1990), que estabelece a Educação para Todos; e a Declaração de Salamanca (1994), que aponta a educação inclusiva ressaltando o direito das pessoas com deficiência serem matriculadas, permanecerem e aprenderem no sistema regular de ensino.

No Brasil, a inclusão educacional da pessoa com deficiência ainda representa um grande desafio. A partir dos anos 1960, passa a prevalecer o ensino especial como um sistema independente e paralelo ao ensino regular, voltado para a educação básica. A educação superior para pessoas com deficiência era algo utópico.

A Constituição Federal de 1988, no seu artigo 205, consagrou a educação como um direito de todos, garantindo o atendimento educacional especializado aos “portadores de deficiência”. O Decreto nº 3.298/99 discorre sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Neste decreto, a educação especial é definida como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino.

A Lei nº 9.394 / 96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), traz a Educação Especial compreendida como modalidade de ensino que perpassa todos os níveis e modalidades educacionais. Do Capítulo V desta Lei constam três artigos (58, 59 e 60) numa perspectiva positiva de uma educação especial mais ligada à educação escolar e ao ensino público. No Art. 58, caracteriza-se a educação especial como modalidade de ensino, destinada aos educandos portadores de necessidades especiais: “Art. 58 – Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida

preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais” (BRASIL, MEC, Lei nº 9394/ 96). Como modalidade de ensino, a Educação Especial perpassa todos os níveis e modalidades de ensino (da educação básica ao ensino superior). Seguindo as recomendações internacionais, a Lei considera como educandos portadores de necessidades educacionais especiais, além das pessoas com deficiência, aqueles com dificuldades de aprendizagem (ARAÚJO, 2006).

Recentemente, a Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, da ONU, e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI - Lei nº 13.146/2015) ratificam o direito à educação, no sentido de assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência.

A Lei 13.409/2016 garante que as pessoas com deficiência serão incluídas no programa de cotas de instituições federais de educação superior. Garante também ao graduando com deficiência estruturas adaptadas para acompanhar as atividades acadêmicas.

O Brasil atualmente tem mais de 45,6 milhões de brasileiros que possuem algum tipo de deficiência, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010).

O ensino superior brasileiro vem sendo caracterizado como excludente, sendo acessível a uma pequena parcela do cidadão com formação básica. O acesso e permanência neste nível de ensino, por mais que tenha sido democratizado nos últimos anos, ainda é restrito para algumas parcelas da população, inclusive para as pessoas com deficiência.

Ao ingressar no ensino superior, o estudante com deficiência enfrenta uma realidade cheia de novos desafios. Este tem que lidar com um ambiente pouco receptivo, com barreiras arquitetônicas, comunicativas, sociais, atitudinais e comportamentais, discriminação e falta de apoio. Tudo isso pode acarretar consequências negativas em sua continuidade na universidade. É importante refletir sobre o atendimento adequado às suas demandas e às condições de permanência referentes ao ensino superior. Esse contexto de inclusão, por um lado pode motivar os estudantes a vencer os obstáculos e (re) criar projetos de vida.

Este trabalho tem o propósito de analisar a importância da universidade como espaço de construção de relações sociais, fortalecimento de vínculos e

pertencimento, na vida dos estudantes com deficiência física do Centro de Artes, Humanidades e Letras, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, em Cachoeira. Neste Centro, foi percebido várias dificuldades das pessoas com deficiência física que estão cursando a graduação e como uma rede de apoio é fundamental para a permanência no ensino.

É importante refletir sobre a acessibilidade referente ao ensino superior, uma vez que à medida que desenvolvemos métodos mais eficazes de inclusão garantimos mais igualdade na sociedade, além de motivar estudantes a vencer os obstáculos e aprofundarem mais a discussão sobre equidade.

A pesquisa e desenvolvimento do produto tecnológico para trabalho de conclusão de curso em Tecnologia de Gestão Pública foi desenvolvida no Centro de Artes, Humanidades e Letras (CAHL), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), campus Cachoeira. Este espaço foi escolhido devido a minha experiência como discente com deficiência neste Centro, situado em uma cidade histórica, com várias barreiras físicas e arquitetônicas.

Em 2015, após um ano em que tinha sofrido um acidente de trabalho e estava passando pela primeira cirurgia, passei a usar cadeira de rodas. Isso coincide com a minha entrada na universidade, num processo depressivo, me sentindo muito deslocada. Ao longo do curso recebi vários diagnósticos. No primeiro momento a vontade era de desistir. A convivência com professores e colegas foi se aprofundando, fui me entrosar e fazendo novas amizades, criando vínculos, esperanças, novos projetos. Encontrei tanto apoio na universidade, fiz tantos amigos que me impulsionaram a permanecer e continuar.

A partir do momento que criei vínculos encontrei bases de apoio para permanecer na universidade, hoje com diagnóstico de osteonecrose, de alto grau, fibromialgia, início de demência ocasionada pelo excesso de remédios que tomei nesses últimos anos, além de quadro de depressão, pude perceber o quanto por vezes busquei esquecer tudo isso e ser feliz dentro da universidade. Nesse local me senti acolhida, me senti parte deste lugar, desse universo acadêmico.

Assim, este trabalho justifica-se pela necessidade de relatar a influência da universidade enquanto base de apoio para o desenvolvimento de novas relações e vínculos, que são fundamentais para impulsionar a pessoa com deficiência a continuar os seus estudos. Deseja-se que este trabalho motive e incentive outras pessoas com deficiência que ainda relutam em fazer uma graduação, seja por falta

de motivação, pelo medo, pela discriminação, por falta de oportunidades, por falta de estrutura das instituições, entre outros motivos.

2. OBJETIVOS:

2.1. OBJETIVO GERAL:

Analisar a importância da Universidade como espaço de construção de relações sociais, fortalecimento de vínculos e pertencimento, na vida dos estudantes com deficiência do CAHL/UFRB.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- Identificar o papel do CAHL/UFRB na construção de relações sociais e vínculos afetivos na vida dos estudantes com deficiência física.
- Compreender as barreiras à acessibilidade a serem vencidas no CAHL para a melhoria do fortalecimento de vínculos e pertencimento dos estudantes com deficiência.
- Observar as formas de participação, atividades e sentimentos dos estudantes com deficiência física em relação ao curso o qual fazem parte.
- Analisar as relações dos estudantes com deficiência física com os demais membros da comunidade acadêmica Centro de Artes, Humanidades e Letras.

3. PROBLEMA

- Como se desenvolvem as relações sociais, vínculos e pertencimento dos estudantes com deficiência do CAHL/UFRB, afetando suas vidas?

4. PRINCIPAIS CONCEITOS E ABORDAGENS TEÓRICAS

Este trabalho tem como produto final um documentário que apresenta a importância das redes de apoio e dos vínculos desenvolvidos na universidade para a continuidade dos discentes com deficiência. Para tanto, foram buscadas bibliografias que tratem desta problemática.

4.1 PERTENCIMENTOS, VÍNCULOS E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE.

De acordo com Dassoler e Caliman (2017), pode-se entender que pertencimento é uma crença subjetiva numa origem comum que une distintos indivíduos. Esses indivíduos pensam em si mesmos como membros de uma coletividade no qual os símbolos expressam valores, medos e aspirações. Esse sentimento pode destacar características culturais e raciais.

A sensação de pertencimento significa que precisamos nos sentir como pertencentes a um lugar e ao mesmo tempo sentir que esse lugar nos pertence e que, assim, acreditamos que podemos intervir e, mais do que tudo, que vale a pena essa ação na rotina e nos rumos desse lugar, como define Lestingue (2004).

A priori, esse conceito – pertencimento – pode nos remeter a, pelo menos, duas possibilidades: uma vinculada ao sentimento por um espaço territorial, ligada, portanto, a uma realidade política, étnica, social e econômica, também conhecida como enraizamento; e outra, compreendida a partir do sentimento de inserção do sujeito sentir-se integrado a um todo maior, numa dimensão não apenas concreta, mas também abstrata e subjetiva. (LESTINGUE, 2004, p. 40)

É preciso definir o pertencimento para além de um espaço territorial, este deve ser compreendido como Baumeister e Leary (1995) definem como uma motivação que os seres humanos têm para manter relações sociais positivas e recompensadoras, pois estes vivem naturalmente em grupo, assim as chances de sobreviverem na história evolutiva foram maiores para os indivíduos ligados socialmente. Para Janet e Vigotski (2001), a construção social do indivíduo é uma história de relações com outros através da linguagem e de transformações do funcionamento psicológico pelas interações face a face e por relações sociais mais

amplas. Nesse âmbito é necessário que o indivíduo saiba aprender e compreender o próximo, saber encarar diversidades faz parte da elevação educacional do cidadão.

A educação é um meio fundamental para que os indivíduos fortaleçam seu sentimento de pertencimento e consigam produzir valores condizentes com o meio que os cercam. Em se tratando de indivíduos com alguma deficiência, esse sentimento se torna mais complexo porque eles podem se deparar com barreiras de vários tipos. Cabe aos múltiplos espaços sociais providenciarem a devida acessibilidade, permitindo verdadeiramente a inclusão social dos diversos indivíduos que compõem a sociedade (SANTOS, BARBOSA, 2016).

Na vida, o indivíduo cria uma série de vínculos com o ambiente que o cerca, cada paisagem e cada objeto conhecido são estímulos dos quais a pessoa reage emocionalmente mesmo quando não tem consciência deles.

Segundo Moriconi (2014), em um documento emitido pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CONAS) e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), intitulado “Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes”, do ano de 2009, é descrito em seu glossário o que são grupos de pertencimento:

Grupos de pertencimento: Grupos aos quais ao longo da vida uma pessoa participa (familiares, escolares, profissionais, de amizade), que são fundamentais para a construção da identidade individual e social. (CONAS/CONANDA, 2009, p. 97).

A pessoa tem um sentimento de pertencer ao ambiente que lhe é, ou foi favorável, no qual estabelece vínculos. Neste caso, o indivíduo tende a agir considerando o bem do próximo, pois o sentimento de pertencer o induz a doação e favorece a criação de novos vínculos.

De acordo com Baumeister e Leary (1995), todos nós temos uma necessidade básica por pertencimento e isso motiva as buscas por relações sociais profundas e satisfatórias. Caso isso não ocorra positivamente, pode interferir na saúde das pessoas, trazendo consequências tanto psicológicas quanto fisiológicas. Sendo assim, a pessoa tende a agir considerando o próprio bem, sem se importar com as consequências de suas ações sobre o próximo, pois o sentimento de não pertencer o leva a competição, dificultando, dessa forma, a criação de vínculos.

Lestinge (2004) elucida que o indivíduo pode ser visto como algo em construção, assim os vínculos sociais são os elos entre o indivíduo e a sociedade, e uma condição primordial para o desenvolvimento pleno de suas potencialidades.

Em um ambiente competitivo como no ensino superior, no qual constantemente o alunado é desafiado a superar seus limites intelectuais, o discente com deficiência, depara-se com barreiras, sujeitas a problemáticas inerentes a sua condição. Nessa perspectiva, é preciso que as universidades promovam não apenas a acessibilidade das pessoas com deficiência, mas também estimulem a permanência das mesmas, uma vez que a integração da diversidade no meio acadêmico é uma maneira eficiente para combater a discriminação (SANTOS, BARBOSA, 2016)

Reis (2013) explica que para ocorrer continuidade no ambiente universitário, é preciso criar vínculos sociais significativos entre os estudantes:

[...] como a do ato de continuar que permita não só a constância do indivíduo, mas também a possibilidade de existência com seus pares. Permanecer não pode ser entendido aqui, como simples ato de persistir apesar e sob todas as adversidades, mas a possibilidade de continuar estando dentro; estando junto. (SANTOS, 2009) Esta duração implica em um reconhecimento também pelo outro. Ser reconhecido, ser visto pelo outro é a condição da existência simbólica: “eu só existo se o outro me reconhece”. E se o outro me reconhece como legítimo aumentam as minhas chances de fazer parte, de estar junto. (REIS, 2013, p. 180).

O sentimento de pertencimento envolve valores e atitudes nos indivíduos e deve ser cultivado durante a vida, em todos os ambientes em que eles estejam inseridos, como na família, na escola e no trabalho, para que eles se sintam parte do todo. Construir vínculos sociais é importante para que haja cooperação entre as pessoas e, conseqüentemente, transformar a autoimagem negativa delas em positiva. Assim, o indivíduo pode entender e respeitar as diferenças, os valores e as normas da comunidade a que pertence.

Os vínculos sociais absorvem um conceito complexo que trata do conjunto de interações entre os indivíduos ou grupo sociais, podendo ser em casa, no trabalho, na universidade (JULIANO, YUNES, 2014). Estas interações representam as diferentes formas que ocorrem em diversos espaços sociais podendo ocorrer de maneira natural ou através de interesses individuais.

De acordo com Moriconi (2014), durante a vida desenvolvemos várias relações sociais que são fundamentais para evolução da sociedade e dos seres humanos, elas podem ser formais ou informais. Relações formais são relações passageiras desenvolvidas no contexto da vida como, por exemplo, as relações criadas no trabalho. Relações informais são relações duradouras desenvolvidas por meio de afeto entre pessoas, como por exemplo, as relações de amizades e pessoais.

4.2 SOCIABILIDADE

A sociabilidade está atrelada a natureza essencial do ser humano que é viver em sociedade. Ela inicia-se na infância e tem um prosseguimento na vida adulta. Assim, as experiências são diferentes nas várias etapas da vida do indivíduo.

Dessa forma, vamos vivendo com gerações diferentes, comportamentos e compreensões que nos ajudam no processo de continuidade de sociabilidade. Ou seja, você como um ser social sempre terá o desejo de estar associado com outros seres humanos. Relacionar-se, por sua vez, é uma característica do indivíduo, o levando a sociabilidade que é definida por Baechler (1996) como a capacidade humana de estabelecer redes através das quais as unidades de atividades individuais ou coletivas, fazem circular gostos, paixões, opiniões e dentre outros. Ou seja, trata-se de uma troca inalterável baseada na comunicação.

O comportamento do ser humano é produto de sua história e de suas experiências através da comunicação. Ainda não se sabe até que ponto os seres humanos são influenciados pelas relações que os cercam. No entanto, através da socialização se adquire a identidade através de influências, do seu cotidiano e dos seus contatos sociais levando a integração do indivíduo.

Por isso, passando para a vertente educativa, entende-se que os grupos que adentram a escola são provenientes de diferentes realidades e âmbitos de trabalho diverso e trazem consigo uma bagagem de valores, normas e crenças que estão agregadas à realidade social e cultural na qual o indivíduo vive. Aqui o terceiro termo “educação” se introduz e se dinamiza ao permear as inter-relações que vão ocorrendo nesse processo em que o indivíduo aprende a socialização e a ser membro da sociedade (BERGER; BERGER, 1977).

De acordo com Dassoler e Caliman (2017) caracteriza-se como sociabilidade as ligações entre os seres humanos pelo seu todo, através de fatos simples da vida cotidiana. Tendo que informações circulam, e as mesmas apresentam certa organização, e faz com que as normas/regras sejam compartilhadas e aceitas, o que leva a um entrosamento de ações, desejos e exigências.

4.3 BASES DE APOIO E REDES DE APOIO

A respeito da definição de base de apoio para o processo de desenvolvimento integral do ser humano, Rizzini (2000) esclarece:

Bases de apoio são os elementos fundamentais que compõem os alicerces do desenvolvimento integral da criança. São recursos familiares e comunitários que oferecem segurança física, emocional e afetiva a crianças e jovens. Referem-se tanto a atividades ou organizações formais (creches, escolas, programas religiosos, clubes, centros juvenis...), quanto a formas de apoio espontâneas ou informais (redes de amizade e solidariedade, relações afetivas significativas, na vida das crianças e jovens, oportunidades disponíveis na própria comunidade que contribuam para o seu desenvolvimento integral...). (RIZZINI, BARKER ET AL, 2000, p.9).

Nessa perspectiva subentende-se que rede de apoio, é uma estrutura que fornece suporte a um indivíduo, sejam monetários ou afetivos, em prol de uma causa em específico, tendo como foco um público alvo singular.

Entretanto, a cerca das figuras que podem fornecer uma rede de apoio, Staumback (1990) esclarece que, os apoios criados pelos laços desenvolvidos entre os indivíduos e suportes técnicos apontados como articulações entre diferentes atores, desde pessoas físicas a instituições públicas e/ou privadas, trabalhem de maneira conjunta e sistemática em prol de um mesmo objetivo, qual seja atender as necessidades específicas da população-alvo.

Juliano e Yunes (2014) afirmam que a base de apoio social tem por definição cadeias de relações sociais que rodeiam o indivíduo assim como suas características ou com grupo de pessoas ou com alguma forma de participação social. Portanto, bases de apoio conceituam-se a um sistema de relações formais e informais pelos quais os indivíduos recebem ajuda emocional material ou de apoio

para enfrentar determinadas situações, sejam elas físicas ou psicológicas. Estas visam o debate constante para a resolução de problemas na inclusão.

Observa-se que além de construir a rede de apoio, é importante que ela seja consolidada e isso está ligado à convivência.

Conviver com outros seres humanos significa interagir de forma recíproca, a partir de trocas, principalmente afetivas, que possibilitam o desenvolvimento na diversidade de papéis, alteração e equilíbrio de poder, conjugação de olhares, contato físico, respeito mútuo, entre outros elementos a depender da situação. (JULIANO, E YUNES, 2014, p. 137)

A rede de apoio pode desempenhar um papel de auxílio à qualidade de vida promovendo bem-estar, ao fornecer fontes de autoestima, vínculos afetivos, aumento de competência de reforço do senso de pertencimento.

4.4 O QUE É DEFICIÊNCIA?

Em uma perspectiva histórica, temas como a deficiência começaram a receber destaque após as duas grandes guerras mundiais, sociedades em todo o mundo influenciadas pela mídia passaram a acostumar-se com expressões como “incapacitado”. A respeito da mudança de paradigma no tratamento da pessoa com necessidades especiais no século XX, Maior (2015) esclarece o seguinte:

Na primeira metade do século XX, surgiu o modelo biomédico da deficiência, que interpreta a deficiência como incapacidade a ser superada. Esse modelo está vinculado à integração social. A seguir, instalou-se a transição para o modelo social da deficiência, relacionado à inclusão. Na atualidade aplica-se o paradigma dos direitos humanos para garantir a dignidade da pessoa com deficiência, o combate à violação de seus direitos, sua autonomia e acesso a todas as prerrogativas sociais (MAIOR, 2015 p.01).

O modelo biomédico é o principal responsável pela resistência da sociedade em mudar suas estruturas e atitudes, de modo que as políticas públicas desta são geralmente restritas à saúde, assistência e educação especial em instituições segregadas (SASSAKI, 2003). Apenas a partir de 1960 houve intensos movimentos de reivindicação de direitos a favor das pessoas com deficiências, surgindo assim o modelo social, em oposição ao modelo biomédico (DINIZ, 2009).

O modelo social visa à transformação das condições sociais, mediante políticas públicas inclusivas. Segundo Sasaki (2003) neste modelo a sociedade tem

o dever de eliminar todos os obstáculos físicos, programáticos e atitudinais para que qualquer indivíduo possa ter acesso aos serviços, necessários ao seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional.

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou Estatuto da Pessoa com Deficiência, no art. 2º é considerado uma pessoa com deficiência:

[...] aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015).

As deficiências podem ser de diferentes tipos:

1. Deficiência física: “alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções”;
2. Deficiência auditiva: “perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz”;
3. Deficiência visual: “cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores”;
4. Deficiência intelectual (originalmente mental): “funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos

e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como: 1. comunicação; 2. cuidado pessoal; 3. habilidades sociais; 4. utilização dos recursos da comunidade; 5. saúde e segurança; 6. habilidades acadêmicas; 7. lazer; e 8. trabalho”;

5. Deficiência múltipla: associação de duas ou mais deficiências.

A pessoa com deficiência deve ser respeitada e ter seus direitos garantidos como qualquer outro cidadão. Direito a uma vida digna e humana, direitos fundamentais como acesso aos serviços de saúde, a educação, a cultura, lazer, esporte, habitação, segurança, direitos civis e políticos, direito à previdência social, direito a viver com suas famílias e participar de atividades recreativas e sociais, direito para acesso à informação e a comunicar-se com o mundo.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência é um importante instrumento para o fortalecimento na luta da garantia dos direitos da pessoa com deficiência, que aborda questões importantes a respeito à igualdade e não discriminação, acessibilidade, acesso à justiça, prevenção contra a exploração, a violência e o abuso, trabalho e emprego, participação na vida política e pública, entre outros assuntos abordados.

Em 2008, o Brasil ratificou a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, adotada pela ONU, bem como seu Protocolo Facultativo. O documento obteve, assim, equivalência de emenda constitucional, valorizando a atuação conjunta entre sociedade civil e governo, em um esforço democrático e possível. Nesse sentido, buscando defender e garantir condições de vida com dignidade a todas as pessoas que apresentam alguma deficiência, a Convenção prevê monitoramento periódico e avança na consolidação diária dos direitos humanos ao permitir que o Brasil relate a sua situação e, com coragem, reconheça que, apesar do muito que já se fez, ainda há muito que fazer. (BRASIL, 2011).

4.5 EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

A educação da pessoa com deficiência é alvo de muitos debates quando se fala da inclusão na escola regular, não apenas no atendimento especializado. No Brasil os primeiros movimentos organizados para garantir o direito da pessoa com deficiência participassem da escola comum, surgiram a partir de 1960.

Segundo Santos e Barbosa (2016 apud FERNANDES, 2011, p.66):

As pessoas com deficiência encontraram respaldo nos estudos da psicologia, sobretudo em sua vertente comportamental, cuja crença de que as condições físicas e sociais do ambiente são imprescindíveis na determinação do comportamento humano supera o enfoque da imutabilidade da situação de deficiência até então vigente.

É indiscutível a responsabilidade social das instituições de ensino superior e seu engajamento em garantir um processo educacional mais justo e democrático para a produção de conhecimentos e efetivação de políticas de inclusão para atender as diversidades de cidadãos que compõem a sociedade (ROCHA, MIRANDA, 2009). Diferentemente do ensino regular, onde certas escolas afirmam não estarem preparadas para receber e atender pessoas com deficiência, alegando que estes deveriam estudar em locais que tenham o Atendimento Educacional Especializado (AEE). A universidade tem o dever de prover a devida acessibilidade a todos os públicos que a ela ingressam, Moreira (2005) ainda acrescenta que os aparatos legais, mesmo sendo necessários, somente estes, não garantem políticas inclusivas devidamente eficientes que garantam o ingresso e permanência desse público no sistema de ensino superior brasileiro.

É imprescindível que além dos aparatos legais, estruturais e tecnológicos, haja participação do corpo docente e discente no acolhimento de pessoas com deficiência, além de prover políticas públicas que motivem estudos e pesquisa na área (CASTRO, PIMENTEL, 2009). No processo educativo e de inclusão é preciso pensar nas relações sociais como fator importante na vida da pessoa com deficiência. Santos e Barbosa (2016, p.57), falam que:

[...] a inclusão depende de ações individuais e coletivas. Individuais, porque partem do princípio de aceitação e valorização das diferenças. É uma mudança que deveria acontecer de dentro para fora. São valores e contextos que contribuem para o desenvolvimento de conceitos. Coletivas, porque envolvem ações conjuntas e parcerias. Trabalho colaborativo, reconhecimento do outro como parceiro em busca de garantia de direitos e igualdade.

De acordo com Rocha e Miranda (2009), as universidades de um modo geral precisam adaptar-se às necessidades das pessoas com deficiência físicas, assim segmentando espaços com igualdade e principalmente com respeito e aceitação às diferenças. Rama (2006) afirma que em pleno século XXI, problemas como

acessibilidade das pessoas com deficiência no Ensino Superior, sinaliza apenas um sensível atraso, tanto na criação das normas quanto nas práticas sociais inclusivas.

Seguindo essa linha de raciocínio Rama (2006), percebemos que a responsabilidade não recai apenas no aluno e no professor, mas também nos administradores e na sociedade de um modo geral.

Seja na Educação Básica, Ensino Médio ou Ensino Superior a pessoa com deficiência deve ser estimulada a lutar pelo seu espaço na sociedade, independente das limitações, do quadro clínico, do preconceito e dos obstáculos. Existem muitos exemplos em que a pessoa com deficiência é capaz de realizar seus sonhos, é possível estudar, realizar atividades esportivas, e realmente construir coisas impressionantes, que de fato beneficiem a sociedade.

4.7 ACESSIBILIDADE

No conceito popular a acessibilidade evidencia os aspectos na forma de espaços físicos, porém numa percepção mais ampla, a acessibilidade é dada como uma condição de possibilidade para a adaptação das dificuldades que representam as barreiras para a constante participação de pessoas nas várias meios da vida social.

Um espaço é acessível quando ele pode ser percebido e utilizado em sua totalidade, por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência, conforme descreve a norma 9050 da ABNT (2003).

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) define acessibilidade como sendo “possibilidade e condições de alcance, percepção e entendimento para com segurança e autonomia de edificações, espaço mobiliário, equipamento urbano e elementos” (ABNT/ NBR. 9050, 2003).A Acessibilidade é, portanto, condição fundamental e imprescindível a todo processo de inclusão social, e se apresenta em várias dimensões, incluindo as de natureza operacional, física, tecnológica, informacional, comunicacional, linguística e pedagógica dentre outras.

O ambiente sócio físico é o principal causador das dificuldades que se apresentam à livre circulação de indivíduos ou grupos de pessoas com deficiência. Tais contrariedades podem ser: físicos, comunicacionais, sociais e/ou atitudinais. De acordo com Elali(2010) os impedimentos acima podem ser assim descritos:

Barreira Física ou Arquitetônica: Obstáculos para o uso adequado do ambiente para a total liberdade de locomoção, geralmente ocasionado pela morfologia de edifícios ou áreas urbanas. Outros exemplos são calçadas com degraus (dificultando a circulação de pedestres), portas estreitas, rampas com inclinação exagerada, dentre tantos outros que infelizmente ainda encontramos em nossas cidades.

Barreira de Comunicação: impedimento gerado pela ausência de informações a respeito do local, em incumbência dos recursos de comunicação fornecidos (ou não) em seus arredores, quer sejam visuais (inclusive em braille), lumínicos e/ou auditivos. Como por exemplos a falta de sinalização urbana, deficiência nas sinalizações internas dos edifícios, ausência de legendas e áudio-descrição na TV, entre outras.

Barreira Social: Transtorno relativo aos processos de inclusão/exclusão social de grupos ou categorias de pessoas, especialmente no que se refere às chamadas “minorias”, como grupos étnicos, homossexuais, pessoas com deficiência e outros. Esta dificuldade ainda é tratada com certa fragilidade, uma vez que se trata de um problema de natureza social que varia de um ambiente para outro.

Barreira Atitudinal: Adversidade originada pelas atitudes e comportamento dos indivíduos, impedindo o acesso de outras pessoas a algum local, quer isso aconteça de modo intencional ou não. Tal como a barreira social, a atitudinal também é tratada com certa delicadeza, sendo que tais comportamentos discriminatórios podem não se apresentar de maneira explícita.

As pessoas com deficiência, para exercerem seus direitos precisam fortalecer sua participação como cidadão. A Lei nº. 10.098, publicada em 19 de dezembro de 2000 (BRASIL, 2000), no seu artigo primeiro, estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

Em relação às adaptações de espaços públicos e privados para a pessoa com deficiência, as modificações geralmente remetem a dificuldades de natureza

física, sendo as mais comuns as rampas de acesso, portas com alavancas, banheiro e vaga preferenciais e elevador, etc. Porém as disposições de áreas públicas ou privadas de acordo com NBR 9050 de 2003 devem abranger todos os tipos de impedimentos, não apenas os empecilhos de ordem física, mas também a limitações áudios-visuais. Sendo obrigatório inserir linguagem em braile em painéis de elevadores, marcações em portas e corredores, tanto visuais quanto de relevos, computadores adaptados e etc.

Em suma, vale dizer que é uma questão de direito e de atitudes, como direito tem sido conquistado gradualmente ao longo da história social, já como atitude. No entanto, é imprescindível e sucessiva mudança de atitude perante as pessoas com deficiência.

4.8 UFRB E CAHL: lócus do estudo

Com uma estrutura organizacional multicampi, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) com sede da sua reitoria na cidade de Cruz das Almas – BA, foi criada através da Lei 11.151 de 29 de julho de 2005, sendo desvinculada da Escola de Agronomia da UFBA (Universidade Federal da Bahia). Os outros campi foram estabelecidos nos municípios de Amargosa, Cachoeira e Santo Antônio de Jesus, após alguns anos, novos campi foram instalados nos municípios de Feira de Santana e Santo Amaro.

Tendo como missão exercer sua função social de desenvolvimento regional ofertando educação superior, pública e de qualidade para a sociedade brasileira. Além disso, a UFRB trouxe para os municípios, nos quais estão instalados seus campi, uma nova perspectiva de vida e oportunidades de crescimento econômico, social e cultural para a população. Um sonho que para muitos parecia muito difícil de realizar, que é ter acesso ao ensino superior, porque ingressar em uma Universidade Federal, não é tão simples possível.

A UFRB preocupa-se em satisfazer toda comunidade acadêmica e a população de modo geral. Um de seus princípios é a adoção de políticas afirmativas de inclusão social. Por meio da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE), ela busca promover ações referentes ao ingresso, permanência e pós-permanência estudantil no ensino superior, por meio de

programas e projetos como o Programa de Permanência Qualificada (PPQ) e seus auxílios, além de combater o racismo e as desigualdades sociais.

A PROPAAE é dividida em coordenadorias, em coordenadoria de políticas afirmativas e em coordenadoria de assuntos estudantis. Ainda é subdividida em núcleos, cada um voltado para uma determinada área para atender aos estudantes, porém, em relação aos estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida, não existe um núcleo específico para acolher este público-alvo que demanda um olhar diferenciado que atenda às suas necessidades. Necessidades estas que vão além da estrutura física que facilita mais o acesso à Universidade, mas de forma mais ampla.

A acessibilidade expressa a inclusão dessa pessoa na sociedade nos mais variados aspectos, ter a acessibilidade não apenas na arquitetura e urbanismo, mas tornar acessível o convívio entre as pessoas com deficiência das demais, com intuito de proporcionar adaptação, motivação, permanência dentro da Universidade. Pois os desafios são muitos e o papel da instituição de ensino, extensão e pesquisa requerem também trabalhar a inclusão não apenas em termos do ensino, mas da interação entre os estudantes.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2010-2014 da UFRB prevê um Plano de promoção de acessibilidade e atendimento diferenciado aos portadores de necessidades especiais. Dentre os muitos elementos descritos, está à política de adequações na infra estrutura física.

[...] a UFRB proporcionará condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários. Este PDI orienta os Gestores da Universidade para:

- I. Cumprir as regras de acessibilidade arquitetônica, urbanística e na comunicação e informação previstas nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT, na legislação específica;
- II. Colocar à disposição de professores, alunos, servidores e empregados portadores de deficiência ou com mobilidade reduzida ajudas técnicas que permitam o acesso às atividades escolares e administrativas em igualdade de condições com as demais pessoas;
- e.
- III. Produzir seu ordenamento interno com normas sobre o tratamento a ser dispensado a professores, alunos, servidores e empregados portadores de deficiência, com o objetivo de coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação, bem como as respectivas sanções pelo descumprimento dessas normas. (BRASIL, 2009, p.147).

É preciso observar se na prática o plano é executado conforme está previsto, se as condições de acesso arquitetônicas, urbanística, comunicação e informação, as atividades escolares, administrativas, atendem a demanda desse público-alvo, assim como também se é coibido todo e qualquer tipo de discriminação a pessoa com deficiência.

O CAHL é um dos campi que integram a UFRB, instalado nos municípios de Cachoeira e São Félix.

O CAHL promove uma formação humanista, voltada para a preparação de profissionais críticos, com conhecimento teórico e técnico, passíveis de atuação tanto no mercado de trabalho quanto na pesquisa acadêmica. Neste sentido, este Centro desenvolve uma compreensão mais ampla dos processos históricos, sociais, políticos e estéticos, promovendo a integração dos discentes com a cultura local e valorizando as potencialidades socioculturais e artísticas do recôncavo. (Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/cahl/cahl>>. Acesso em: 31 de mai. 2018)

O CAHL conta com onze cursos de Graduação: Artes Visuais, Licenciatura em Artes Visuais, Bacharelado em Ciências Sociais, Cinema e Audiovisual, Comunicação Social, Licenciatura em Ciências Sociais, Licenciatura em História, Museologia, Publicidade e Propaganda, Serviço Social e Tecnologia em Gestão Pública. Também possui três programas de Pós-Graduação ofertando cursos de mestrado: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento; Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas; e Programa de Pós-Graduação em Comunicação - Mídia e Formatos Narrativos. Além desses cursos, o CAHL conta com um Programa de Doutorado Interinstitucional (DINTER) firmado com o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

5. DETALHAMENTO DO MÉTODO UTILIZADO PARA O DESENVOLVIMENTO DO PRODUTO

Com a definição do tema seria necessário além do conhecimento prévio devido a minha deficiência física e a vivência na Universidade que fosse exposto outro olhar em relação a nosso ingresso e permanência no CAHL/UFRB e sua importância nas vidas de pessoas com deficiência física. Inicialmente, facilmente

identifiquei e entrei em contato com outros estudantes com deficiência e dois deles aceitaram participar e darem seus depoimentos falando um pouco sobre a sua deficiência, a família, a cidade de Cachoeira, a Universidade e, em especial, do CAHL que é o local onde estuda, ressaltando a sua relação com os demais estudantes, dentre outros aspectos.

Também foi explicada aos discentes que participaram do filme a importância desse documentário como meu Trabalho de Conclusão de Curso, o objetivo, o público-alvo, onde será exibido. Destacou-se que o documentário pretende chamar a atenção da Universidade e demais alunos sobre esta questão da deficiência, das relações sociais, da acessibilidade e o que a Universidade representa na vida da pessoa com deficiência. A ideia inicial era apresentar situações que devido à correria do cotidiano passam despercebidas, mas que merece ser discutidas e debatidas dentro da Universidade. O foco apenas nas barreiras, desde o início não me interessou. Mas, muito mais o que fazia superar as barreiras.

Foi necessário também fazer um levantamento bibliográfico para obter referencial teórico para o aprofundamento do conhecimento em relação aos conceitos e legislação para que pudesse aprofundar reflexões sobre a minha vivência no CAHL/UFRB. Em seguida foi elaborado o roteiro semi-estruturado de entrevistas, definindo as perguntas que norteariam o documentário.

Foi feito um termo de autorização do uso da imagem e da entrevista oral, conforme está previsto em lei. Ainda para o desenvolvimento do documentário foi definido os cenários que seriam utilizados, o melhor horário de gravação, a luz do ambiente, os dispositivos como câmeras de melhor resolução e boa captação de áudio, montagem, edição e finalização. O roteiro aqui apresentado demonstra a proposta inicial desse documentário.

Roteiro Doc.	Título: Permanecer e continuar...		
CENAS	TEMA DAS CENAS	LOCAL DE GRAVAÇÃO	PERÍODO DE GRAVAÇÃO
CENA 1	Igor descendo as escadas	Dentro da CAHL/UFRB	noite
CENA 2	Patrícia subindo as escadas	Escadas que dão acesso a biblioteca	noite
CENA 3	Os entrevistados	Na sala, no pátio, conversando com os	noite

		amigos.	
CENA 4	Depoimentos sobre a importância da universidade para estudantes com deficiência física. Pertencimento e vínculos sociais	Dentro do pátio da UFRB-CAHL	noite
CENA 5	Finalizando	Igor e Patrícia fazem uma apresentação ele no pátio e ela subindo o elevador	noite

6. PÚBLICO-ALVO

O público que se pretende alcançar com este trabalho são todas as pessoas com deficiência como forma de motivá-las a ingressar no ensino superior, bem como, os familiares destas que buscam a inserção na vida universitária. O filme também visa sensibilizar toda comunidade acadêmica da UFRB e de outras instituições de ensino superior e a população da cidade de Cachoeira e São Félix – BA

7. RESULTADOS ESPERADOS

Os resultados esperados são que este trabalho alcance um grande número de pessoas que por algum motivo não tenha a oportunidade de ingressar no ensino superior, seja por falta de motivação, devido as suas limitações, dentre outros motivos. O propósito é que este trabalho de alguma forma sirva de inspiração e incentivo.

Também ideia é chamar a atenção da UFRB para que perceba a importância que a instituição tem na vida das pessoas com deficiência, apresentando como as relações sociais realizadas na Universidade motivam e proporcionam a este público-alvo uma expectativa de vida totalmente diferente da qual foram postas devido às

limitações, essas relações favorecem a permanência e adaptação dessas pessoas na Universidade.

8. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E ORÇAMENTO

8.1. SINOPSE

Pessoas com deficiência física que encaram escadas. Surdos que querem ser entendidos. A universidade pública que dá acesso, mas possui várias barreiras que dificultam a permanência. Por outro lado, esse é um espaço que pode (re) significar as vidas por meio da criação de novas relações sociais, vínculos e afetos. Esse filme trata de histórias de dois estudantes com deficiência física e uma estudante surda no CAHL/UFRB, suas percepções, alentos e desalentos para “Permanecer e continuar...”

8. 2. FICHA TÉCNICA

Título: Permanecer e Continuar...

Tipo: Documentário (curta metragem)

Parcerias: Professora Ana Rosa e aluna Lorena Souza Leão do curso de Cinema e Audiovisual da UFRB

Veiculação: divulgação no meio acadêmico, na internet pelo site da UFRB e pelo Youtube.

Produção e direção: Patrícia Lorenzo de Deus Cunha

Roteiro: Patrícia Lorenzo de Deus Cunha

Orientação de conteúdo e argumento: Edgilson Tavares de Araújo

Personagens:

Joseane de Almeida Nunes, 37 anos, estudante do Curso de Tecnologia em Gestão Pública,, do CAHL/UFRB, foi diagnosticada com surdez. Vem reconhecendo sua identidade como pessoa com deficiência na universidade. Desenvolveu déficit de atenção na adolescência.

Igor Marques Figueiredo, 27 anos, é estudante do Curso de Artes Visuais, do Centro de Artes, Humanidades e Letras, da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

Patrícia Lorenzo, 49 anos é discente do curso de Tecnologia em Gestão Pública, do CHALO/UFRB, tornou-se uma pessoa com deficiência física desde 2015, após ter sofrido um acidente de trabalho.

Imagens e Luz: Janaiany Miranda

Edição de vídeo e som: Lorena Souza Leão

“Duração: 10”

Ano: 2018

9. ORÇAMENTO

ITEM	QUANTIDADE	VALOR ESPECÍFICO	VALOR GERAL	OBSERVAÇÃO
EQUIPAMENTOS	01	250,00	1.250,00	5 DIARIAS
OPERADOR DE CÂMERA	01	200,00	1.000,00	5 DIARIAS
EDIÇÃO	01	40,00	1.200,00	10 HORAS
TRANSPORTE	01	80,00	400,00	5 DIARIAS
ALIMENTAÇÃO	01	70,00	350,00	5 DIARIAS
TOTAL	05	640,00	4.200,00	

10. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Edilson Tavares. Parcerias Estados e organizações especializadas: discursos e práticas em nome da inclusão/ integração de pessoas com deficiência. **Dissertação**. Mestrado. Programa de Estudos Pós-graduações em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Plano de Desenvolvimento Institucional 2010-2014. Cruz das Almas, BA, 2009. Disponível em: <<https://ufrb.edu.br/portal/images/legislacao/pdi-ufrb-2010-2014.pdf>> Acesso em: 05 dez. 2017.

CASTRO, Antonilma Santos Almeida; PIMENTEL, Susana Couto. **Atendimento educacional específico**. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 303-312.

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008: Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. 4ª Ed., rev. e atual. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2011. 100 p. Disponível em:

<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/sites/default/files/publicacoes/convenc_aopessoacomdeficiencia.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2017.

DASSOLER, Olmira Bernadete; CALIMAN, Geraldo. Educação, sociabilidade e socialização: múltiplas perspectivas. **Revista Educacional**, Brasília, n. 154, p.142-156, 14 dez. 2017.

_____. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm>. Acesso em: 05 dez. 2017.

DINIZ, Debora; BARBOSA, Livia; SANTOS, Wederson Rufino dos. **Deficiência, Direitos Humanos e Justiça**. Sur, Rev. int. direitos human. vol.6, n.11, São Paulo, Dec./2009.

ELALI, A. G.; de ARAÚJO, G. R.; PINHEIRO, Q. J. **Acessibilidade Psicológica: Eliminar barreiras “físicas” não é o suficiente**. In: PRADO, de A. R. A.; LOPES, E. M.; ORNSTEIN, W. S. (Orgs.). Desenho Universal: Caminhos da Acessibilidade no Brasil. São Paulo: Annablume Editora, 2010. p. 117- 127.

JANET, A Formação do Indivíduo nas Relações Sociais: Contribuições Teóricas de Lev Vigotski e Pierre. A formação do indivíduo nas relações sociais: Contribuições teóricas de Lev Vigotski e Pierre Janet. **Educação & Sociedade**, São Paulo, v. 71, n. 21, p.116-131, jul. 2001.

JULIANO, Maria Cristina Carvalho; YUNES, Maria Ângela Mattar. Reflexões sobre

rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência. **Ambiente e Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 3, p.135-154, 12 set. 2014.

_____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm>. Acesso em: 05 dez. 2017.

LESTINGE, Sandra Regina. **Olhares de educadores ambientais para estudo do meio e pertencimento**. 2004. Dissertação (Doutorado em Recursos Florestais). Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba. Disponível em: <www.teses.usp.br/teses/disponiveis/11/11150/tde-03022005-155740/.../sandra.pdf> . Acesso em: 31 mai. 2018.

MAIOR, Izabel. **História, conceito e tipos de deficiência**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://violenciaedeficiencia.sedpcd.sp.gov.br/pdf/textosApoio/Texto1.pdf>> Acesso em: 18 de Ago. 2018._____.

Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Sala de Recursos Multifuncionais: espaços para o Atendimento Educacional Especializado. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

MIRANDA, Theresinha Guimarães; ROCHA, Telma Brito. **Acesso e permanência do aluno com deficiência na instituição de ensino superior**. 2009.Revista: Educação Especial, v. 22, n. 34, p. 197-212,maio/ago. 2009.

MOREIRA, L. C. In(ex)clusão na universidade:o aluno com necessidades educacionais especiais em questão. **Revista Educação Especial (UFSM)**, Santa Maria, v. 2, n. 25, p. 37-48, 2005.

MORICONI, Lucimara Valdambrini. **Pertencimento e identidade**. 2014. 52 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pedagogia, Unicamp, Campinas, 2014.

SAMPAIO, Sonia Maria Rocha. **Observatório Da Vida Estudantil: Universidade, responsabilidade social e juventude**. Salvador: Primeiros Passos, 2013. p. 179-195

SANTOS, Tatiana dos; BARBOSA, Regiane da Silva. **Educação Inclusiva**. – Londrina: Editora e Distribuição Educacional S.A., 2016.240p.

SASSAKI, Romeu K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 5 a. Edição Pessoa, Rio de Janeiro, WVA, 2003

SCHIRMER, Carolina R.; BROWNING, Nádia; BERSCH, Rita; MACHADO, Rosângela. **Atendimento Educacional Especializado – Deficiência Física**. SEESP / SEED / MEC. Brasília/DF – 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/ae_e_df.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2017.

REIS, Dyane Brito. Continuar ou desistir! Reflexões sobre as condições de permanência de estudantes negros na UFRB. SANTOS, Georgina Gonçalves dos;

RIZZINI, Irene;BARKER, Gary; CASSANIGA, Neide. **Criança não é risco,é oportunidade.** UNIVERSIDADE SANTA ÚRSULA. Editora:EDUSU, Rio de Janeiro, 2000.